

CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DOS PAÍSES INTEGRANTES DO MERCOSUL¹

Maria Auxiliadora de Carvalho²
César Roberto Leite da Silva³

1 - INTRODUÇÃO

A força dos exércitos foi, no passado, o instrumento preferencial de integração política e econômica entre países. Na atualidade busca-se a integração econômica por meio de acordos entre nações independentes.

A integração entre países pode atingir diversos níveis. Normalmente, o processo é gradativo e envolve as seguintes etapas:

a) Zona de livre comércio: as nações envolvidas acordam em eliminar totalmente as barreiras ao comércio entre si.

b) União aduaneira: além da ausência de barreiras no comércio recíproco, os países adotam política comercial comum para com os países não participantes do acordo.

c) Mercado comum: nesta etapa, soma-se a liberdade de movimentação dos fatores de produção (trabalho e capital) entre as nações participantes.

d) União econômica: busca-se harmonizar a política econômica, financeira, monetária e até mesmo a política interna. Pode-se chegar à adoção de regras e políticas comuns sob uma autoridade também comum.

e) União monetária: além dos itens anteriores, envolve também o estabelecimento de câmbios fixos e conversibilidade obrigatória e ilimitada das diferentes moedas.

f) União política: essa etapa pressupõe, também, cooperação em termos de política externa, de segurança e de defesa, o que exige forte coesão econômica e social. O ponto final do processo pode chegar à adoção da Federação dos Estados com uma autoridade única, consolidando-se uma nova nação.

Nas últimas décadas surgiram diversos acordos, destacando-se a Comunidade Econômica Européia (CEE) como importante caso de integração. Foi criada pelo Tratado de Roma, de 1957, incluindo seis países: Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1972 foi assinado o Tratado

de Egmont, com adesão do Reino Unido, Dinamarca e Irlanda. A Grécia foi incorporada em 1979 e, finalmente, em 1985, somam-se Portugal e Espanha. O próximo passo prevê a União Política, Econômica e Monetária. Isso já foi negociado na Conferência Intergovernamental realizada em dezembro de 1991, em Maastricht, na Holanda (THORSTENSEN, 1992).

Pouco depois da Europa iniciar seu processo de integração surgiu também a preocupação de ampliar o comércio entre os países da América Latina. Em 1958, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) elaborou um trabalho no qual foram apresentadas as bases para a estruturação de um mercado regional.

As dificuldades de implementação eram grandes, envolvendo trocas quase que exclusivamente de produtos primários, instabilidade monetária, longas distâncias, dificuldades de transporte e de comunicação entre países, atraso tecnológico, etc.

Apesar das dificuldades reconhecidas, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) foi instituída em 18/02/1960, entre os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai⁴. Posteriormente foram incluídos Equador, Venezuela, Colômbia e Bolívia.

Foram estabelecidos como objetivos da ALALC:

a) ampliação da dimensões dos mercados nacionais, através da eliminação gradual das barreiras ao comércio intra-regional;

b) melhor aproveitamento dos fatores de produção;

c) contribuição para o incremento do comércio dos países latino-americanos entre si e com o resto do mundo, através do fortalecimento das economias nacionais.

Oficialmente a ALALC deixou de existir em 31 de dezembro de 1981, sendo substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), no Tratado de Montevideu.

O instrumento básico de consolidação da ALADI é o mecanismo de preferência tarifária e tem como objetivo de longo prazo o estabelecimento, em forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano.

Para alcançar a meta de formação do mercado comum latino-americano, o Tratado permite e recomenda a realização de acordos de alcance parcial. O MERCOSUL enquadra-se nesse caso. Esse acordo foi acertado no Tratado de Assunção, a 26/03/1991. Veja-se que, na própria exposição de motivos para sua criação, considera que "...o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevidéu, de 1980" (BRASIL, 1992, p.5).

A formação de um mercado comum leva, necessariamente, à competição entre produtores, com perdas para os que apresentam menor vantagem comparativa, embora o conjunto dos países se beneficie com a liberdade de comércio. Para que os agentes envolvidos possam avaliar as possíveis implicações das mudanças resultantes da abertura do comércio sobre sua área de atuação é necessário que disponham de informações comparativas sobre os países envolvidos. Este artigo tem essa preocupação, na medida em que busca, inicialmente, esclarecer alguns aspectos institucionais do MERCOSUL e, em seguida, fazer uma caracterização geral da economia dos países participantes destacando a importância relativa de cada um, notadamente no que diz respeito ao comércio recíproco e à relevância do setor agrícola neste contexto, principal área potencial de conflito de interesses.

2 - ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO TRATADO DE ASSUNÇÃO⁵

Nos termos do Tratado de Assunção, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai decidem constituir um mercado comum, que deverá estar estabelecido a 31/12/1994 e se denominará Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Esse mercado comum implica:

a) livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros,

da eliminação dos direitos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercadorias ou de qualquer outra medida de efeito equivalente;

b) estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

c) a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial, de capitais, de serviços, alfandegárias, de transporte e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e

d) o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

No decorrer do período de transição, que deve terminar em 31/12/94, os países se comprometeram a eliminar as barreiras não-tarifárias ao comércio e implantar um programa de desgravação progressivo, linear e automático de forma a atingir tarifa zero em 31/12/94⁶. Para facilitar a constituição do MERCOSUL, nessa etapa foram estabelecidas algumas regras referentes ao comércio que incluem Regime Geral de Origem, Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda.

Pelo Regime Geral de Origem o Tratado estabelece regras referentes à origem das mercadorias objeto de comércio entre os países integrantes do acordo, buscando evitar que o comércio de produtos importados de terceiros venha a se beneficiar das reduções de gravames e restrições acordadas entre os participantes do MERCOSUL⁷.

Pelo Sistema de Solução de Controvérsias são estabelecidas regras para solucionar as controvérsias que possam surgir entre os Estados Partes como consequência da aplicação do Tratado.

As Cláusulas de Salvaguarda constituem regras para os casos excepcionais em que as importações de determinado produto, proveniente dos outros Estados Partes, causarem dano ou ameaça de dano grave ao mercado de um dos países. Havendo um sensível aumento das importações, em curto período de tempo, o país importador pode pleitear salvaguarda e negociar uma quota para a importação do produ-

to em questão.

A estrutura orgânica do MERCOSUL é constituída do Conselho do Mercado Comum, Grupo Mercado Comum e Subgrupos de Trabalho.

Conselho do Mercado Comum é o órgão superior, cabendo-lhe a condução da política e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum. Integram o Conselho os Ministros das Relações Exteriores e os Ministros da Economia.

Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. São integrantes do Grupo representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e Banco Central, e tem as seguintes funções:

- a) velar pelo cumprimento do Tratado;
- b) tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;
- c) propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à coordenação de política macroeconômica e à negociação de Acordos frente a terceiros;
- d) fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

No Tratado de Assunção, o Grupo Mercado Comum ficou encarregado de formar Subgrupos de Trabalho visando estudar as questões relacionadas à integração⁸.

3 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS PAÍSES COMPONENTES

Os países envolvidos pelo Tratado de Assunção apresentam perfis bastante diferenciados. Em 1990 a população global dos países vinculados ao MERCOSUL foi estimada em 184,4 milhões de pessoas, cabendo ao Brasil cerca de 3/4 desse total. A Argentina, com uma população estimada de 32,3 milhões de pessoas, corresponde 17,5%, restando ao Paraguai e Uruguai participação conjunta de cerca de 4% (Tabela 1).

A participação desses países no produto global da região difere um pouco da distribuição populacional, resultando em produto interno bruto

(PIB) per capita bastante diferenciado entre eles. Pela ordem, Argentina e Uruguai apresentaram, em 1990, este indicador mais elevado, US\$2.337 e US\$2.258, respectivamente. A pior situação é vivida pela população paraguaia, cujo PIB per capita foi de apenas US\$1.302. No caso dos brasileiros, este indicador ficou em US\$2.017, ligeiramente abaixo da média dos quatro países (Tabela 1).

É interessante ressaltar que para efeito de ampliação dos mercados como resultado da integração há que se levar em conta o poder de compra da população. Nesse particular, o Brasil embora represente 3/4 da população, apresenta PIB per capita baixo e elevada concentração de renda, além de outros indicadores de pobreza que reduzem sua importância relativa como mercado consumidor, como expectativa de vida, mortalidade infantil, etc.⁹ A qualidade de vida apresenta melhores indicadores na Argentina e Uruguai, reflexo provável de melhor distribuição de renda (Tabela 1).

O Paraguai é o país com menor grau de industrialização, permanecendo essencialmente agrícola. Apenas 20,4% do PIB foi proveniente do setor industrial, enquanto no setor agrícola foi gerado 31,5% do PIB. No outro extremo encontra-se o Brasil, com percentuais de 34,3% e 9,1%, respectivamente, para 1990.

Outra questão a ser considerada em se tratando de integração entre países de um determinado bloco econômico é sua importância relativa no comércio frente aos não integrantes do acordo. A América do Sul como um todo representa pouco mais de 1,5% do valor das importações mundiais (Tabela 2). Sua participação nas exportações tem sido mais elevada: cerca de 2,5% das transações. Entre 1988 e 1990, os países do MERCOSUL participaram, em média, com cerca de 57% das exportações totais da América do Sul, contra participação média nas importações de aproximadamente 48%.

Grande parte do saldo favorável do comércio é resultado da exportação de produtos agrícolas. As importações desses produtos não diferem significativamente das totais, ou seja, entre 1988 e 1990 a América Latina participou com cerca de 1,5% das importações de produtos agrícolas, percentual idêntico ao das importações de todos os produtos. Com respeito às exportações, os percentuais são bastante diferentes: de 2,5% das transações globais passa a

TABELA 1 - Principais Indicadores Econômicos, MERCOSUL, 1990

| Indicador | Unidade | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai | MERCOSUL |
|-----------------------------|---------------------|-----------|--------|----------|---------|----------|
| PIB per capita ¹ | US\$ | 2.337 | 2.017 | 1.302 | 2.258 | 2.060 |
| PIB ¹ | US\$ bilhão | 75,5 | 291,8 | 5,6 | 7,0 | 379,9 |
| PIB industrial | % PIB | 27,9 | 34,3 | 20,4 | 29,0 | 32,7 |
| PIB agrícola | % PIB | 10,6 | 9,1 | 31,5 | 11,6 | 11,5 |
| Exportações | US\$ bilhão | 12,4 | 31,4 | 1,0 | 1,7 | 46,7 |
| Importações | US\$ bilhão | 4,1 | 20,4 | 1,2 | 1,3 | 26,8 |
| População | Milhão | 32,3 | 144,7 | 4,3 | 3,1 | 184,4 |
| Território | Mil km ² | 2.277 | 8.512 | 187 | 407 | 11.883 |
| Mortalidade infantil | Taxa ² | 31 | 61 | 41 | 23 | ... |
| População por médico | Número | 350 | 1.080 | 1.460 | 520 | ... |
| Expectativa de vida | | | | | | |
| - Homens | Ano | 68 | 63 | 65 | 69 | ... |
| - Mulheres | Ano | 74 | 68 | 69 | 76 | ... |
| Urbanização | % população | 86 | 75 | 46 | 85 | ... |

¹A preços de 1980. Em maio de 1993, a Fundação Getúlio Vargas estimou o PIB brasileiro para 1990 em US\$447.644 milhões (Conjuntura Econômica, maio/93 - anexo).

²Por mil nascidos vivos.

Fonte: SIMONSEN ASSOCIADOS. MERCOSUL: o desafio do marketing de integração; TRADE YEARBOOK, 1990; RELATÓRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO MUNDIAL, 1990: a pobreza.

pouco mais de 7% das de produtos agrícolas. Dentre os países participantes do MERCOSUL, apenas o Brasil não mostrou esse tipo de discrepância nas exportações, indicando a maior importância relativa das exportações de manufaturados para este País (Tabelas 2 e 3).

Uma visão mais abrangente da importância do setor agrícola no comércio internacional pode ser analisada a partir do confronto das estatísticas globais com as referentes ao comércio de produtos agrícolas. Em nível mundial a participação das importações e exportações de produtos agrícolas no comércio está em torno de 10%. Na América Latina esse percentual vale para as importações, mas as exportações representam mais de 1/4 das transações realizadas na região (Tabela 4).

Considerando-se apenas os países do MER-

COSUL, as diferenças são ainda mais acentuadas, ressaltando a importância da agricultura para o comércio dessa sub-região. Entre 1988 e 1990, as importações de produtos agrícolas representaram, em média, 8,9% do total contra participação nas exportações da ordem de 36,4%. Dentre esses quatro países a importância relativa da agricultura nas exportações é menor no Brasil onde, em média, 28,4% das exportações totais foram de produtos agrícolas (Tabela 4). Para os demais, a relevância da agricultura nas exportações ficou acima da média. O caso do Paraguai é o mais extremo, pois suas exportações de produtos agrícolas corresponderam, em média, a mais de 80% do total, chegando a representar 88,3%, em 1990. Em segundo lugar encontra-se a Argentina com participação dos produtos agrícolas nas exportações totais da ordem de 56,5%, em

TABELA 2 - Comércio Total da América do Sul, 1988-90
(US\$100.000)

| Região/país | Importação | | | Exportação | | |
|-------------------------|------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1988 | 1989 | 1990 | 1988 | 1989 | 1990 |
| Total mundial | 29.340.800 | 31.704.496 | 35.930.464 | 28.594.176 | 30.821.616 | 34.802.592 |
| América do Sul | 509.353 | 490.903 | 538.860 | 733.019 | 809.326 | 868.950 |
| MERCOSUL | 232.166 | 243.064 | 269.778 | 449.795 | 465.705 | 463.942 |
| - Argentina | 53.220 | 42.010 | 40.785 | 91.350 | 95.793 | 123.526 |
| - Brasil | 160.470 | 182.630 | 203.630 | 337.830 | 343.830 | 313.900 |
| - Paraguai | 6.707 | 6.396 | 11.934 | 6.570 | 10.094 | 9.587 |
| - Uruguai | 11.769 | 12.028 | 13.429 | 14.045 | 15.988 | 16.929 |
| | (em porcentagem) | | | | | |
| América do Sul/total | 1,74 | 1,55 | 1,50 | 2,56 | 2,63 | 2,50 |
| MERCOSUL/América do Sul | | | | | | |
| País/América do Sul | 45,58 | 49,51 | 50,6 | 61,36 | 57,54 | 53,39 |
| - Argentina | 10,5 | 8,56 | 7,57 | 12,46 | 11,84 | 14,22 |
| - Brasil | 31,50 | 37,20 | 37,79 | 46,09 | 42,48 | 36,12 |
| - Paraguai | 1,32 | 1,30 | 2,21 | 0,90 | 1,25 | 1,10 |
| - Uruguai | 2,31 | 2,45 | 2,49 | 1,92 | 1,98 | 1,95 |

Fonte: TRADE YEARBOOK, 1990.

média, no período 1988 e 1990, seguindo-se o Uruguai, com percentual médio de 45%.

Com a eliminação das barreiras ao comércio entre esses países, o mercado deverá se ajustar através da realocação dos recursos e aproveitamento das vantagens comparativas que vierem a surgir. No setor agrícola, a produção de grãos é uma área de potenciais transformações. Os principais são: trigo, arroz, soja e milho.

Em 1990 a Argentina contribuiu com mais de 70% do trigo produzido pelos quatro países juntos e exportou mais da metade de sua produção. Os uruguaios também exportaram grande parte de sua produção mas como produzem pouco, relativamente ao conjunto desses países, a contribuição nas exportações foi reduzida. O Brasil é importador líquido des-

se produto.

Da produção de aproximadamente 8,5 milhões de toneladas de arroz de 1990, 87,4% deveu-se ao Brasil (Tabela 5). Apesar disso, o País é importador desse produto, embora em quantidade relativamente reduzida. Dentre os países do MERCOSUL, o Uruguai chegou a exportar 56% de sua produção total, em 1990, participando com 78% das exportações desse grupo de países. Segue-se a Argentina, com percentual de 20% das exportações.

Entre 1988 e 1990, Brasil e Uruguai realizaram importações de milho. A Argentina foi praticamente o único exportador (99,9% do total). O Brasil, que produziu 77% do total, realizou algumas importações, embora não expressivas (FAO, 1990).

No mercado de soja, três países do

TABELA 3 - Comércio de Produtos Agrícolas da América do Sul, 1988-90
(US\$100.000)

| Região/país | Importação | | | Exportação | | |
|-------------------------|------------------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|
| | 1988 | 1989 | 1990 | 1988 | 1989 | 1990 |
| Total mundial | 3.137.218 | 3.278.261 | 3.533.836 | 2.874.880 | 3.013.498 | 3.245.854 |
| América do Sul | 48.160 | 50.308 | 50.324 | 209.741 | 211.279 | 227.755 |
| MERCOSUL | 14.925 | 26.038 | 25.033 | 164.871 | 162.916 | 173.581 |
| - Argentina | 2.714 | 2.175 | 2.200 | 55.185 | 52.032 | 68.378 |
| - Brasil | 10.475 | 22.208 | 20.929 | 98.863 | 95.256 | 88.807 |
| - Paraguai | 702 | 612 | 747 | 4.862 | 8.335 | 8.469 |
| - Uruguai | 1.034 | 1.043 | 1.157 | 5.961 | 7.293 | 7.927 |
| | (em porcentagem) | | | | | |
| América do Sul/total | 1,54 | 1,53 | 1,42 | 7,30 | 7,01 | 7,02 |
| MERCOSUL/América do Sul | 30,99 | 51,76 | 49,74 | 78,61 | 77,11 | 76,21 |
| País/América do Sul | | | | | | |
| - Argentina | 5,64 | 4,32 | 4,37 | 26,31 | 24,63 | 30,02 |
| - Brasil | 21,75 | 44,14 | 41,59 | 47,14 | 45,09 | 38,99 |
| - Paraguai | 1,46 | 1,22 | 1,48 | 2,32 | 3,95 | 3,72 |
| - Uruguai | 2,15 | 2,07 | 2,30 | 2,84 | 3,45 | 3,48 |

Fonte: TRADE YEARBOOK, 1990.

MERCOSUL são concorrentes: pela ordem, Brasil, Argentina e Paraguai, com percentuais de participação na oferta da sub-região de 62%, 33% e 4,7%, respectivamente (Tabela 5). As exportações do Brasil e Argentina correspondem, aproximadamente, às suas participações na produção.

No caso da pecuária destaca-se a carne bovina. Em 1990, a participação isolada da Argentina, Uruguai e Paraguai nas exportações esteve em torno de 30%, totalizando 90%. O Brasil exportou pouco mais de 10% do total e foi o único a importar esse produto, entre 1988 e 1990.

Um aspecto interessante a ser observado é

o grau de interligação dos mercados. As tabelas 6 e 7 foram montadas de forma a apresentar os três principais parceiros comerciais de cada um dos países do MERCOSUL, além dos próprios. Assim, observe-se que para a Argentina, entre 1986 e 1989, nas importações, por procedência, o Brasil foi o segundo país em importância, com participação entre 16% e 21% do total. Dos gastos totais com importações da Argentina cerca de 1/3 foi absorvido pelos Estados Unidos que também constitui principal destino para suas exportações. O comércio da Argentina com Uruguai e Paraguai foi muito pequeno no período considerado.

TABELA 4 - Participação dos Produtos Agrícolas no Comércio Total, América do Sul, 1988-90
(em porcentagem)

| Região/país | Inportação | | | Exportação | | |
|----------------|------------|-------|-------|------------|-------|-------|
| | 1988 | 1989 | 1990 | 1988 | 1989 | 1990 |
| Total mundial | 10,69 | 10,34 | 9,84 | 10,05 | 9,78 | 9,33 |
| América do Sul | 9,46 | 10,25 | 9,34 | 28,61 | 26,11 | 26,31 |
| MERCOSUL | 6,43 | 10,71 | 9,28 | 36,65 | 34,98 | 37,41 |
| - Argentina | 5,10 | 5,18 | 5,39 | 60,41 | 54,32 | 55,36 |
| - Brasil | 6,53 | 12,16 | 10,28 | 29,26 | 27,70 | 28,29 |
| - Paraguai | 10,47 | 9,57 | 6,26 | 74,00 | 82,57 | 88,34 |
| - Uruguai | 8,79 | 8,67 | 8,62 | 42,44 | 45,62 | 46,82 |

Fonte: TRADE YEARBOOK, 1990.

O comércio entre Brasil e Argentina, entre 1986 e 1989, foi mais importante para este último país. O principal parceiro comercial do Brasil tem sido os Estados Unidos, com saldo comercial largamente favorável para o Brasil. Seguem-se, em importância, Iraque, Alemanha, Japão, entre outros. A Argentina colocou-se em discreto oitavo lugar. No período recente houve um crescimento significativo do comércio brasileiro com esse país, e, como resultado da sobrevalorização do câmbio argentino, com saldo comercial fortemente favorável para o Brasil¹⁰.

Paraguai e Uruguai mostraram estreita dependência em relação ao Brasil e Argentina em suas relações comerciais. Entre 1986 e 1989, para estes países, o Brasil foi o primeiro colocado tanto em termos de exportação como de importação. Cerca de 1/4 do valor das importações uruguaias procederam do Brasil; no caso do Paraguai aproximadamente 30% das despesas com importação foram realizadas aqui. A Argentina foi o segundo país em importância como fornecedor e ocupou terceiro e quarto lugares como mercado para os produtos paraguaios e uruguaios, respectivamente.

Informações mais recentes mostram que o

intercâmbio comercial brasileiro com os demais integrantes do MERCOSUL evoluiu favoravelmente para o Brasil. Sua participação no total das exportações brasileiras passou de 4,2% para 11,4% nesse período. As importações brasileiras procedentes desses países, no entanto, têm se mantido relativamente constantes, em torno de 2,2 bilhões de dólares. Assim, o saldo comercial brasileiro com os integrantes do MERCOSUL passou de negativo em US\$1,0 bilhão para positivo em US\$1,9 bilhão, entre 1990 e 1992 (Tabela 8). A maior parte desse resultado se deve à expansão de 376% de nossas exportações para a Argentina. É possível que parte disso se deva ao processo de integração, mas é certo que a maior causa desse desempenho deve-se à sobrevalorização cambial da moeda argentina que reduz sobremaneira sua competitividade no comércio no período.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tratado de Assunção objetiva formar, a partir do início de 1995, um mercado comum entre

TABELA 5 - Produção de Produtos Agrícolas Seleccionados, MERCOSUL, 1990

| Produto | (em 1.000 t) | | | | | Porcentagem/total | | | | |
|----------------------|--------------|-----------|----------|---------|-----------|-------------------|--------|----------|---------|--------|
| | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai | Total | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai | Total |
| Agodão em caroço | 790 | 1.827 | 700 | ... | 3.317 | 23,82 | 55,08 | 21,10 | ... | 100,00 |
| Alho | 40 | 71 | 2 | 2 | 115 | 34,78 | 61,74 | 1,74 | 1,7 | 100,00 |
| Amendoim | 370 | 137 | 41 | 1 | 549 | 67,40 | 24,95 | 7,47 | 0,18 | 100,00 |
| Arroz em casca | 467 | 7.425 | 85 | 517 | 8.494 | 5,50 | 87,41 | 1,00 | 6,09 | 100,00 |
| Aves ¹ | 43 | 590 | 18 | 8 | 659 | 6,53 | 89,53 | 2,73 | 1,21 | 100,00 |
| Banana | 260 | 5.488 | 440 | ... | 6.188 | 4,20 | 88,69 | 7,11 | ... | 100,00 |
| Batata | 2.500 | 2.220 | 3 | 145 | 4.868 | 51,36 | 45,60 | 0,06 | 2,98 | 100,00 |
| Bovinos ² | 50.582 | 140.000 | 8.254 | 8.723 | 207.559 | 24,37 | 67,45 | 3,98 | 4,20 | 100,00 |
| Café | ... | 1.441 | 18 | ... | 1.459 | ... | 98,77 | 1,23 | ... | 100,00 |
| Cana-de-açúcar | 16.000 | 263.604 | 2.834 | 600 | 283.038 | 5,65 | 93,13 | 1,00 | 0,21 | 100,00 |
| Cebola | 415 | 864 | 30 | 22 | 1.331 | 31,18 | 64,91 | 2,25 | 1,65 | 100,00 |
| Chá | 43 | 10 | ... | ... | 53 | 81,13 | 18,87 | ... | ... | 100,00 |
| Fumo | 68 | 449 | 5 | 1 | 523 | 13,00 | 85,85 | 0,96 | 0,19 | 100,00 |
| Laranja | 750 | 17.488 | 366 | 95 | 18.699 | 4,01 | 93,52 | 1,96 | 0,51 | 100,00 |
| Leite ² | 6.500 | 14.228 | 205 | 1.050 | 21.983 | 29,57 | 64,72 | 0,93 | 4,78 | 100,00 |
| Manga | 2 | 415 | 19 | ... | 436 | 0,46 | 95,18 | 4,36 | ... | 100,00 |
| Milho | 5.049 | 21.298 | 1.139 | 101 | 27.587 | 18,30 | 77,20 | 4,13 | 0,37 | 100,00 |
| Morango | 5.500 | 2.100 | 993 | ... | 8.593 | 64,01 | 24,44 | 11,56 | ... | 100,00 |
| Ovos | 322.000 | 1.300.000 | 37.500 | 22.000 | 1.681.500 | 19,15 | 77,31 | 2,23 | 1,31 | 100,00 |
| Soja | 10.672 | 19.888 | 1.500 | 60 | 32.120 | 33,23 | 61,92 | 4,67 | 0,19 | 100,00 |
| Suínos ² | 4.400 | 33.200 | 2.444 | 215 | 40.259 | 10,93 | 82,47 | 6,07 | 0,53 | 100,00 |
| Tomate | 760 | 2.217 | 52 | 67 | 3.096 | 24,55 | 71,61 | 1,68 | 2,16 | 100,00 |
| Trigo | 10.800 | 3.140 | 500 | 420 | 14.860 | 72,68 | 21,13 | 3,36 | 2,83 | 100,00 |
| Uva | 3.050 | 786 | 12 | 124 | 3.972 | 76,79 | 19,79 | 0,30 | 3,12 | 100,00 |

¹1.000.000 unidades.

²1.000 cabeças.

Fonte: PRODUCTON YEARBOOK, 1990.

TABELA 6 - Importações por Procedência, MERCOSUL, 1986-1989

| Importador | Procedência | 1986 | | 1987 | | 1988 | | 1989 | |
|------------|--------------------|--------------------|--------|--------------------|--------|--------------------|--------|--------------------|--------|
| | | Valor ¹ | % |
| | Total | 4.723.417 | 100,00 | 5.817.787 | 100,00 | 5.321.530 | 100,00 | 4.200.516 | 100,00 |
| | ALADI | 1.596.894 | 33,81 | 1.724.529 | 29,64 | 1.741.183 | 32,72 | 1.741.183 | 41,45 |
| | Estados Unidos | 832.836 | 17,63 | 951.398 | 16,35 | 886.864 | 16,67 | 891.905 | 21,36 |
| Argentina | Brasil | 691.298 | 14,64 | 819.234 | 14,08 | 966.241 | 18,16 | 721.267 | 17,17 |
| | Alemanha Ocidental | 523.367 | 11,08 | 765.653 | 13,16 | 556.830 | 10,46 | 393.970 | 9,38 |
| | Uruguai | 92.967 | 1,97 | 113.944 | 1,96 | 107.290 | 2,02 | 98.904 | 2,35 |
| | Paraguai | 47.435 | 1,00 | 70.139 | 1,21 | 66.637 | 1,25 | 48.780 | 1,16 |
| | Total | 15.555.010 | 100,00 | 16.577.812 | 100,00 | 16.054.349 | 100,00 | 19.173.161 | 100,00 |
| | ALADI | 1.938.818 | 12,46 | 1.895.875 | 11,44 | 1.955.082 | 12,18 | 3.763.522 | 19,63 |
| | Estados Unidos | 3.414.587 | 21,95 | 3.328.853 | 20,08 | 3.229.559 | 20,12 | 4.358.142 | 22,73 |
| Brasil | Iraque | 1.131.707 | 7,28 | 1.749.989 | 10,56 | 1.358.459 | 8,46 | 1.407.826 | 7,34 |
| | Alemanha Ocidental | 1.310.515 | 8,43 | 1.511.984 | 9,12 | 1.515.060 | 9,44 | 1.507.097 | 7,86 |
| | Argentina | 782.331 | 5,03 | 605.694 | 3,65 | 738.638 | 4,60 | 1.426.537 | 7,44 |
| | Uruguai | 297.111 | 1,91 | 243.495 | 1,47 | 314.026 | 1,96 | 587.076 | 3,06 |
| | Paraguai | 152.658 | 0,98 | 67.408 | 0,41 | 117.820 | 0,73 | 398.989 | 2,08 |
| | Total | 578.081 | 100,00 | 595.303 | 100,00 | 573.898 | 100,00 | ... | ... |
| | ALADI | 267.727 | 46,31 | 264.683 | 44,46 | 253.677 | 44,20 | ... | ... |
| Paraguai | Brasil | 174.123 | 30,12 | 185.711 | 31,20 | 166.171 | 28,95 | ... | ... |
| | Argentina | 62.544 | 10,82 | 52.946 | 8,89 | 68.932 | 12,01 | ... | ... |
| | Estados Unidos | 78.479 | 13,58 | 62.074 | 10,43 | 57.583 | 10,03 | ... | ... |
| | Uruguai | 4.771 | 0,83 | 8.031 | 1,35 | 5.998 | 1,05 | ... | ... |
| | Total | 869.978 | 100,00 | 1.141.891 | 100,00 | 1.176.949 | 100,00 | 1.202.815 | 100,00 |
| | ALADI | 437.917 | 50,34 | 555.467 | 48,64 | 592.609 | 50,35 | 619.678 | 51,52 |
| | Brasil | 212.226 | 24,39 | 279.035 | 24,44 | 307.022 | 26,09 | 320.291 | 26,63 |
| Uruguai | Argentina | 123.820 | 14,23 | 156.712 | 13,72 | 179.002 | 15,21 | 187.896 | 15,62 |
| | Estados Unidos | 74.208 | 8,53 | 91.243 | 7,99 | 93.305 | 7,93 | 114.145 | 9,49 |
| | Alemanha Ocidental | 66.204 | 7,61 | 92.600 | 8,11 | 75.410 | 6,41 | 73.390 | 6,10 |
| | Paraguai | 11.928 | 1,37 | 11.008 | 0,96 | 13.995 | 1,19 | 12.056 | 1,00 |

¹Em US\$1.000 FOB.

Fonte: INTERNATIONAL TRADE STATISTICS YEARBOOK. New York, United Nations, 1992.

TABELA 7 - Exportações por Destino, MERCOSUL 1986-1989

| Exportador Destino | 1986 | | 1987 | | 1988 | | 1989 | |
|--------------------|--------------------|--------|--------------------|--------|--------------------|--------|--------------------|--------|
| | Valor ¹ | % |
| Total | 6.852.213 | 100,00 | 6.360.160 | 100,00 | 9.134.193 | 100,00 | 9.490.499 | 100,00 |
| ALADI | 1.556.527 | 22,72 | 1.313.929 | 20,66 | 1.760.712 | 19,28 | 2.479.068 | 26,12 |
| Estados Unidos | 705.631 | 10,30 | 930.599 | 14,63 | 1.217.212 | 13,33 | 1.141.818 | 12,03 |
| Argentina | 735.825 | 10,74 | 617.912 | 9,72 | 1.091.499 | 11,95 | 976.743 | 10,29 |
| USSR | 208.840 | 3,05 | 640.775 | 10,07 | 858.598 | 9,40 | 827.558 | 8,72 |
| Brasil | 698.070 | 10,19 | 539.335 | 8,48 | 607.944 | 6,66 | 1.089.848 | 11,48 |
| Uruguai | 129.322 | 1,89 | 168.419 | 2,65 | 187.421 | 2,05 | 206.379 | 2,17 |
| Paraguai | 67.443 | 0,98 | 60.883 | 0,96 | 79.929 | 0,88 | 95.416 | 1,01 |
| Total | 22.382.468 | 100,00 | 26.228.626 | 100,00 | 33.786.532 | 100,00 | 34.391.785 | 100,00 |
| ALADI | 2.879.332 | 12,86 | 3.026.690 | 11,54 | 3.702.392 | 10,96 | 3.476.134 | 10,11 |
| Estados Unidos | 5.776.148 | 25,81 | 7.183.143 | 27,39 | 8.715.256 | 25,80 | 8.014.497 | 23,30 |
| Brasil | 1.495.349 | 6,68 | 1.611.076 | 6,14 | 2.274.248 | 6,73 | 2.312.161 | 6,72 |
| Holanda | 1.168.437 | 5,22 | 1.540.439 | 5,87 | 2.584.839 | 7,65 | 2.670.727 | 7,77 |
| Argentina | 506.739 | 2,26 | 611.820 | 2,33 | 975.115 | 2,89 | 710.377 | 2,07 |
| Paraguai | 398.810 | 1,78 | 330.284 | 1,26 | 340.534 | 1,01 | 321.002 | 0,93 |
| Uruguai | 309.196 | 1,38 | 363.936 | 1,39 | 321.204 | 0,95 | 333.603 | 0,97 |
| Total | 232.533 | 100,00 | 353.377 | 100,00 | 509.843 | 100,00 | 1.009.446 | 100,00 |
| ALADI | 151.602 | 65,20 | 157.732 | 44,64 | 196.336 | 38,51 | 422.184 | 41,82 |
| Brasil | 91.826 | 39,49 | 62.236 | 17,61 | 117.121 | 22,97 | 328.480 | 32,54 |
| Paraguai | 22.512 | 9,68 | 63.587 | 17,99 | 67.972 | 13,33 | 186.898 | 18,51 |
| Argentina | 35.172 | 15,13 | 53.570 | 15,16 | 33.588 | 6,59 | 48.983 | 4,85 |
| Alemanha Ocidental | 7.770 | 3,34 | 13.483 | 3,82 | 19.471 | 3,82 | 23.286 | 2,31 |
| Uruguai | 6.401 | 2,75 | 11.265 | 3,19 | 4.430 | 0,87 | 10.594 | 1,05 |
| Total | 1.082.124 | 100,00 | 1.191.101 | 100,00 | 1.442.573 | 100,00 | 1.598.754 | 100,00 |
| ALADI | 412.746 | 38,14 | 360.582 | 30,27 | 391.141 | 27,11 | 581.332 | 36,36 |
| Brasil | 284.313 | 26,27 | 205.694 | 17,27 | 236.393 | 16,39 | 442.190 | 27,66 |
| Uruguai | 130.036 | 12,02 | 176.971 | 14,86 | 162.014 | 11,23 | 177.934 | 11,13 |
| Alemanha Ocidental | 97.255 | 8,99 | 122.061 | 10,25 | 119.630 | 8,29 | 121.870 | 7,62 |
| Argentina | 90.162 | 8,33 | 113.209 | 9,50 | 104.864 | 7,27 | 77.704 | 4,86 |
| Paraguai | 4.494 | 0,42 | 6.766 | 0,57 | 7.794 | 0,54 | 6.621 | 0,41 |

¹Em US\$1.000 FOB.

Fonte: INTERNATIONAL TRADE STATISTICS YEARBOOK, New York. United Nations, 1992.

TABELA 8 - Intercâmbio Comercial do Brasil, 1990-1992
(em US\$1.000 FOB)

| País | 1992 | | | 1991 | | | 1990 | | |
|-----------|-----------------|-----------------|------------|-----------------|-----------------|------------|-----------------|-----------------|------------|
| | Expor- tação | Impor- tação | Saldo | Expor- tação | Impor- tação | Saldo | Expor- tação | Impor- tação | Saldo |
| Argentina | 3.069.676 | 1.687.103 | 1.382.573 | 1.476.170 | 1.614.680 | (138.510) | 645.140 | 1.399.680 | (754.540) |
| Paraguai | 541.097 | 184.545 | 356.552 | 496.114 | 219.587 | 276.527 | 380.484 | 332.778 | 47.706 |
| Uruguai | 517.246 | 342.892 | 174.354 | 337.068 | 434.103 | (97.035) | 294.621 | 587.093 | (292.472) |
| MERCOSUL | 4.128.019 | 2.214.540 | 1.913.479 | 2.309.352 | 2.268.370 | 40.982 | 1.320.245 | 2.319.551 | (999.306) |
| Total | 36.207.076 | 20.501.298 | 15.705.778 | 31.620.459 | 21.041.459 | 10.579.000 | 31.413.756 | 20.661.362 | 10.752.394 |

Fonte: FERRARI (1993).

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Assim, os agentes econômicos têm pouco tempo para se preparar para enfrentar a concorrência dos parceiros preferenciais.

Alguns conflitos de interesse já começaram a surgir. O caso das frutas, que até recentemente geravam grandes receitas de comércio, é um exemplo. A 29 de março de 1993 o Governo brasileiro proibiu a importação de maçãs argentinas, alegando problemas fitossanitários. Uma semana depois, com argumento semelhante a Argentina proibiu a entrada de frutas tropicais, como banana, melancia, mamão, etc. (LACATELLI, 1993). Outro exemplo deve-se aos produtores de arroz do Rio Grande do Sul que se mobilizaram contra a entrada do produto procedente da Argentina, que tem menor custo de produção e, portanto, maior vantagem comparativa.

É natural que surjam dificuldades nessa etapa de transição, até porque os países signatários do acordo apresentam grandes diferenças econômicas, tecnológicas, sociais, etc., que as estatísticas apresentadas nesse artigo permitem vislumbrar. A definição da tarifa externa comum constitui uma das grandes dificuldades decorrente dessas diferenças. A complexidade de sua definição conduz a dúvidas quanto ao cumprimento dos acordos conforme aprazado.

Um complicador adicional envolve questões políticas e a instabilidade econômica, em particular no caso brasileiro. É possível que em 01/01/95 esteja formada apenas uma zona de livre comércio, e o mercado comum teria seu cronograma atrasado,

tornando-se realidade somente em 2001 (TACHINARDI, 1993)¹¹. Outras tentativas já foram feitas no passado, com resultados pouco expressivos. A Europa, que é o caso de sucesso mais marcante, desenvolveu um processo de integração paulatina que já dura quase 40 anos e, a despeito disso, tem enfrentado várias dificuldades em atingir os objetivos planejados para esse início dos anos 90.

De qualquer forma, está em curso o programa de desgravação progressivo, linear e automático previsto no Tratado de Assunção, embora existam grandes listas de exceções além das cláusulas de salvaguarda visando tornar a fase de transição menos traumática. É desejável que se possa superar as dificuldades mais graves e dar seguimento ao acordo com benefícios para o conjunto dos países envolvidos. No entanto, se algum dos quatro países se julgar prejudicado pela evolução dos fatos, sempre resta o recurso da denúncia: o país que desejar desvincular-se das obrigações acordadas poderá comunicar sua intenção que, após formalizada, envolve um prazo de dois anos para cessação dos direitos e obrigações.

Ainda é muito cedo para se ter avaliações definitivas quanto ao sucesso do MERCOSUL. Até o momento, aparentemente o Brasil tem sido beneficiado, conforme indica a evolução de seu intercâmbio comercial com os parceiros do Tratado. Problemas pontuais existem e eram previsíveis. O êxito depende da agilidade de adaptação dos agentes econômicos envolvidos, numa época em que a formação de blocos econômicos norteia a política internacional.

NOTAS

¹Recebido em 16/06/93. Liberado para publicação em 28/06/93.

²Engenheiro Agrônomo, Dr., Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Economista, Dr., Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

⁴Nessa época surgiram diversos outros acordos entre países como o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), o Grupo Andino, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA), a Comunidade Econômica do Oeste Africano (CEOA), entre outros. O Conselho para Cooperação Econômica Mútua (COMECOM) antecedeu à própria CEE, datando de 1949, e congregava países comunistas liderados politicamente pela União Soviética (WILLIANSO, 1989).

⁵Baseado em BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (1992).

⁶Estão excluídos do cronograma de desgravação os produtos compreendidos nas listas de exceções apresentadas por cada um dos países membros. A lista de exceções compreendem as seguintes quantidades de itens: Argentina - 394, Brasil - 324, Paraguai - 439, Uruguai - 960. Os itens dessas listas de exceções serão reduzidos à razão de 20% anuais a contar de 31/12/1990 nos casos do Brasil e Argentina. Paraguai e Uruguai têm um ano a mais de prazo.

⁷Entende-se por "gravames" os direitos aduaneiros e quaisquer outras medidas de efeito equivalente, sejam de caráter fiscal, monetário, cambial ou de qualquer natureza, que incidam sobre o comércio exterior. Não estão compreendidas neste conceito taxas e medidas análogas quando respondam ao custo aproximado dos serviços prestados. As "restrições" referem-se a qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de qualquer natureza, mediante a qual um Estado Parte impeça ou dificulte, por decisão unilateral, o comércio recíproco.

⁸Os Subgrupos de Trabalho são: Subgrupo 1: Assuntos Comerciais; Subgrupo 2: Assuntos Aduaneiros; Subgrupo 3: Normas Técnicas; Subgrupo 4: Políticas Fiscal e Monetária Relacionadas ao Comércio; Subgrupo 5: Transporte Terrestre; Subgrupo 6: Transporte Marítimo; Subgrupo 7: Política Industrial e Tecnológica; Subgrupo 8: Política Agrícola; Subgrupo 9: Política Energética; e Subgrupo 10: Coordenação de Políticas Macroeconômicas.

⁹Estima-se que no Brasil 33,2 milhões de pessoas estão enquadradas abaixo da linha de pobreza, com consumo anual de US\$300 a US\$700 ao ano (BANCO MUNDIAL, 1990).

¹⁰Em maio de 1991, a Argentina dolarizou sua economia o que vem valorizando sua moeda.

¹¹O coordenador do Grupo Mercado Comum, no Brasil, Embaixador Rubens Barbosa, disse em seminário da Comissão Parlamentar do Mercosul, que não está se discutindo a implementação de um mercado comum e que a harmonização das políticas macroeconômicas entre os quatro sócios "não é condição essencial para uma zona de livre comércio e uma união aduaneira" (TACHINARDI, 1993).

LITERATURA CITADA

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores.

MERCOSUL: origem legislação, textos básicos. Brasília, MRE, 1992. 165p.

FERRARI, Livia. Comércio com Argentina, Paraguai e Uruguai já ultrapassou US\$6 bilhões.

Gazeta Mercantil, SP, 06-08, mar. 1993. p.5.

LACATELLI, Carlos. Brasil e Argentina adota restrições para intercâmbio na área de frutas. **Gazeta Mercantil**, SP, 19 maio 1993.

Informações Econômicas, SP, v.23, n.07, jul. 1993.

PRODUCTION YERBOOK, 1990. Roma, FAO, 1991. v.44

RELATÓRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO MUNDIAL, 1990: a pobreza. Rio de Janeiro, Banco Mundial/FGV, 1990.

SIMONSEN ASSOCIADOS. **MERCOSUL:** o desafio do marketing de integração. São Paulo, McGraw-Hill, 1992. 110p.

TACHINARDI, M. H. Problemas para fixar a tarifa externa comum. **Gazeta Mercantil**, São Pau-

lo, 11 jun. 1993. p.5.

THORSTENSEN, Vera. **Tudo sobre Comunidade Européia.** São Paulo, Brasiliense, 1992. 285p.

TRADE YEARBOOK, 1990. Roma, FAO. 1991.

v.44.

WILLIANSO, John. **A economia aberta e a economia mundial:** um texto de economia internacional. Rio de Janeiro, Campus, 1989. 394p.